

**REQUALIFICAÇÃO URBANA E DINÂMICA CRIMINAL:
ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA CENTRO VIVO
EM BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL**

**RECALIFICACIÓN URBANA Y DINÁMICA DELICTIVA:
UN ESTUDIO DE CASO DEL PROGRAMA CENTRO VIVO
EN BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL**

**URBAN REQUALIFICATION AND CRIMINAL DYNAMICS:
CASE STUDY OF THE CENTRO VIVO PROGRAM IN
BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRAZIL**

*Bruna HAUSEMER**

*Nayara de Amorim SALGADO***

*Braulio Figueiredo Alves da SILVA****

RESUMO: Esse artigo estuda o processo de transformação da região hipercentral de Belo Horizonte-MG à luz das principais teorias sociológicas que interpretam o fenômeno criminal a partir de seus componentes ambientais, examinando a

* Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Mestre em Sociologia e Graduada em Ciências do Estado pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0534-8295>. E-mail: bruna.hausemer@gmail.com.

** Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP). Doutoranda em Sociologia pela UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4692-2839>. E-mail: nayaradeamorim@hotmail.com.

*** Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) e do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais da UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1791-9075>. E-mail: braulio.fas@gmail.com.

evolução da criminalidade nesse espaço, através da análise da dinâmica criminal de roubos consumados no Hipercentro entre 1998 e 2015, englobando uma série histórica de dados que compreende um período antes, durante e após a realização do maior e mais recente programa do poder público municipal de requalificação urbanística direcionado à região: o Centro Vivo. Os apontamentos gerados mostram que os *hotspots* de roubos não se distribuem de forma homogênea por todo o território hipercentral, mas se concentram em determinadas regiões, e que, após as intervenções urbanísticas do Centro Vivo, sofreram atenuação, sem dispersão ou migração da criminalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Centro Vivo. Requalificação urbanística. *Hotspots*. Criminalidade.

RESUMEN: *Este trabajo estudia el proceso de transformación del centro de la ciudad de Belo Horizonte a la luz de las principales teorías sociológicas que interpretan el fenómeno delictivo a partir de sus componentes ambientales, examinando la evolución de la delincuencia en este espacio, mediante el análisis de la dinámica delictiva de los robos cometidos en el centro de la ciudad entre 1998 y 2015, abarcando una serie histórica de datos que incluye un período antes, durante y después del mayor y más reciente programa del gobierno municipal de regeneración urbana dirigido a la región: el Centro Vivo. Las notas generadas muestran que los focos de robo no se distribuyen de forma homogénea por todo el territorio hipercentral, sino que se concentran en determinadas regiones, y que, tras las intervenciones urbanas de Centro Vivo, sufrieron una atenuación, sin dispersión ni migración de la delincuencia.*

PALABRAS CLAVE: Centro vivo. Recalificación urbana. Puntos calientes. La criminalidad.

ABSTRACT: *This article studies the transformation process of the central region of Belo Horizonte-MG focusing on the main sociological theories which interpret the criminal phenomenon through its environmental components, examining the evolution of criminality in this space based on the analysis of the criminal dynamics of robberies in the so-called “Hipercentro” between 1998 and 2015, encompassing a historical series of data which comprises a period before, during and after the realization of the largest and most recent program of the municipal government for urban requalification directed to the region: Centro Vivo. The notes generated show that the hotspots of robberies are not evenly distributed throughout downtown, but concentrated in certain regions, and that, after the urban interventions of*

Centro Vivo, those hotspots suffered attenuation, without dispersion or migration of criminality.

KEYWORDS: *Downtown Alive. Urban renewal. Crime hotspots. Criminality.*

Introdução

O município de Belo Horizonte-MG foi a primeira cidade moderna planejada em território brasileiro. De acordo com seu plano inicial, cada parte de seu território havia sido projetada para uma função, sendo claras as delimitações e distinções entre os bairros. A área delimitada pela região central da cidade, em especial, fora planejada e construída para ser um lugar bonito e tranquilo para os funcionários do governo e a elite econômica da capital residirem, onde os poucos estabelecimentos não residenciais ficaram a cargo das atividades administrativas, culturais e serviços (BOSI, 1983). Todavia, com o passar dos anos, essas características foram se perdendo, sendo substituídas, ou dominadas, por elementos comuns a centros urbanos não planejados, como a deterioração ambiental, a desordem e a criminalidade (BARRETO, 1996; GALDINO, 2013).

Já nas primeiras décadas da história de Belo Horizonte-MG (fundada em 1897), observava-se que a cidade tendia a assumir uma organização que não seguia os moldes do planejamento, adquirindo dinâmica peculiar que ultrapassava os limites arquitetados e previstos em sua concepção original, sendo que sua organização, assim como a da maioria das grandes cidades modernas, fica, pois, determinada pelas predileções dos indivíduos, pela conveniência, pelas vocações e pelos interesses econômicos que, inevitavelmente, vão se adaptando ao lugar de tal maneira que os espaços passam a segregar e classificar as populações. (PARK, 1915; BURGESS, 1925, MCKENZIE, 1924; PARK, BURGESS e MCKENZIE, 1984).

Ao longo dos anos de 1970, a cidade assume características de um grande centro urbano metropolitano com problemas sociais graves, marcado pela verticalização e extensa rede de comércio, além de compor um lugar de passagem para aglomerações e intenso fluxo de transeuntes. Nessa época, acontece um aceleramento do processo de transformação do espaço urbano central da cidade e também de degradação, quando o Hipercentro é caracterizado como uma área urbana em “estado de crise” (INSTITUTO HORIZONTES, 2011, p.14) ou, ainda, como descreve a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), em documento oficial: “A região central vivenciava um período de rápida transformação e degradação do espaço urbano que obtinha um reflexo negativo sobre a dinâmica urbana da área central que manifesta-se através da qualidade ambiental deteriorada” (PLAMBEL, n.d., n.p.).

Desde então, o Hipercentro é caracterizado pela intensa rotatividade de moradores, assim como pela composição heterogênea do ponto de vista cultural e também pelo aumento da criminalidade, a ponto de forçar o poder público, em 1974, a cercar completamente o perímetro do Parque Municipal com grades para evitar a ação de vândalos e a apropriação de seu espaço por moradores de rua, o que ocorria principalmente durante a noite (PBH, 2016). Dessa época também, a região central da cidade tem a ação dos camelôs e ambulantes que ocupavam os passeios e ofereciam forte concorrência com a oferta de produtos por preços muito abaixo se comparados ao mercado formal (SILVA, 1998). Do ponto de vista da sociabilidade, essas características afetaram a habilidade dos moradores de formarem laços sociais ou manterem uma organização capaz de se autorregular ou de atuar eficazmente, dando resposta aos problemas da região. (SHAW; MCKAY, 1942; SKOGAN, 1989; SAMPSON; GROVES, 1989; BELLAIR, 1997; BURSIK JR. ; GRASMICK, 1993; KUBRIN; WEITZER, 2003).

Com o intuito de melhorar essa situação estrutural e ambiental do Hipercentro, a Prefeitura desenvolveu o Projeto da Área Central (PACE), que reordenou algumas atividades que contribuíam para a deterioração do espaço urbano central, como a distribuição dos pontos de ônibus e do comércio veiculado aos terminais (PLAMBEL, 1980). Todavia, ao mesmo tempo em que algumas ruas tiveram seu processo de degradação interrompido devido à realocação dos pontos de ônibus, outras sofreram negativamente com os impactos do redirecionamento do intenso fluxo de usuários do transporte coletivo. Adicionalmente, essa situação criou o ambiente propício para a atuação de vândalos, criminosos, golpistas e gangues juvenis, que se aproveitavam das aglomerações e da distração dos transeuntes para cometer crimes (VILELA, 2006). Em 1989, iniciou-se um processo, encabeçado pela Prefeitura e que visava à remoção de todos os camelôs e ambulantes das ruas da capital e ao aumento da fiscalização, chamado de “Operação Limpeza”. Apesar desta medida, em pouco tempo, muitas ruas já haviam sido retomadas pelo comércio ilegal, com destaque para a rua Paraná, que havia sido completamente ocupada por camelôs e “toureiros” ao longo de toda a sua extensão, formando um ambiente caótico, em que o intenso tráfego de pessoas competia com os ambulantes por espaços nas calçadas e pedestres se aventuravam em meio ao enorme fluxo de veículos e à poluição, tanto visual quanto sonora (SILVA, 1998).

A década de 1990 e o início dos anos 2000 são marcados como ápice da degradação do Hipercentro de Belo Horizonte, com efeitos deletérios para a segurança pública. Com a atenuação de sua economia, expressa na redução do número de postos de trabalho, houve aumento do já expressivo comércio ilegal na região, o esvaziamento de moradores aumentou e, de acordo com a Pesquisa de origem e destino (FJP, 1982-1992), mais de meio milhão de pessoas transitavam diariamente pela região. Durante esse mesmo período, é registrado, pela Polícia Militar de Minas

Gerais (PMMG), um forte aumento na incidência de crimes contra o patrimônio no Hipercentro. Os dados oficiais apresentados na Tabela 1 mostram a evolução numérica dos crimes de furtos, roubos e assaltos na Subárea 6 do 1º Batalhão da Polícia Militar, correspondente ao Hipercentro¹. O recorte temporal utilizado na tabela se inicia no ano em que os dados de crimes passaram a ser compilados e disponibilizados pela Seção de Estatística e Geoprocessamento da PMMG (1998) e termina no ano que foram iniciadas as requalificações do Programa Centro Vivo (2003), com o propósito de destacar a ascensão criminal que estava em curso antes das intervenções urbanas objeto deste artigo.

Tabela 1: Estatísticas de crimes de furto, roubo e assalto no Hipercentro (1998-2003)

Delito/Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Furto consumado a transeunte	2.431	3.284	4.713	5.205	6.035	4.714
Roubo consumado a transeunte	617	990	1.260	1.356	2.065	2.641
Assalto consumado a transeunte	219	351	496	574	857	848
Total	3.267	4.625	6.469	7.135	8.957	8.524
Varição em relação ao ano anterior	*	41,57%	39,87%	10,29%	25,54%	-4,83%

Fonte: Seção de Estatística e Geoprocessamento do 1º BPM.

De acordo com o 1º Batalhão da Polícia Militar, o aumento na criminalidade não ocorrera de forma abrupta, mas progressivamente ao longo dos anos anteriores aos com estatísticas disponíveis (FOUREAUX, 2007). Em meados dos anos 1990, apresentando as maiores taxas de crimes contra o patrimônio por quilômetro quadrado do Estado de Minas Gerais, o Hipercentro passou a ser considerado pela PMMG um ponto crítico da criminalidade no município. Os problemas no Hipercentro atingiram tamanha magnitude que, durante toda a década de 1990, o poder público se esforçou para elaborar estratégias que possibilitassem a diminuição da criminalidade e da degradação na região. No nível legislativo, destacou-se a elaboração da Lei Orgânica do Município (1990) e do Plano Diretor (1996), que explicitaram a necessidade da preservação arquitetônica da região central, assim como o estímulo à descentralização das atividades, o desestímulo às atividades que promovessem o adensamento (como instalação de tribunais, faculdades, etc.) e o conflito entre usos, requalificação para uso residencial, resgate da área verde e retomada do uso do espaço como local de convívio.

¹ Foi mantida a nomenclatura adotada pela PMMG. Furto consumado a transeunte: subtração bem-sucedida de um bem alheio, sem uso de força. Roubo consumado a transeunte: subtração bem-sucedida de um bem alheio, com uso de força, como violência física ou grave ameaça. Assalto consumado a transeunte: subtração bem-sucedida de um bem alheio com uso de força, especificamente arma de fogo.

Desta forma, o centro de Belo Horizonte-MG, durante a última década do século XX, emanava ares muito diferentes daqueles anos que se antecederam. Nota-se, também, que a região do bairro da Lagoinha – que faz divisa com o Hipercentro, a Norte da cidade, historicamente conhecida como berço da boemia belo-horizontina – e o entorno da Rodoviária e da praça da Estação eram temidos pelos moradores da capital, pois, abandonadas pelo poder público, essas porções territoriais urbanas sofreram com a sistemática deterioração: iluminação pública inadequada, desordem e degradação física, somadas a um mobiliário urbano depredado e abandonado. Adicionalmente ao aspecto ambiental precário, havia a constante presença de moradores de rua, assaltantes, estelionatários, traficantes, usuários de drogas, alcoólatras e a atividade de prostituição, que se intensificava em determinados horários, frente à elevada concentração de bordéis e motéis baratos na região, e, após os anos de 1995, também traficantes e usuários de crack (SALGADO, 2017; SALGADO e SILVA, 2018).

As queixas relativas aos problemas de desordem física e social na região durante esse período eram intersetoriais. Iam da insatisfação em relação ao trânsito, elevada poluição sonora, atmosférica e visual, inadequação do mobiliário urbano, calçadas irregulares e insuficientes para o fluxo de pedestres, decadência estética dos estabelecimentos, reduzido número de estacionamentos e incômodo causado pela presença do comércio de rua até o transtorno causado por pedintes, etc. Entre as queixas, o medo da criminalidade se destacava como o tema mais presente entre as reclamações dos transeuntes, lojistas e moradores da região. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2003; CDL/SEBRAE/MG, n.d.; PBH/PRÁXIS, 2007).

Devido à grande concentração de empregos, serviços e entretenimento e sua importância na articulação do transporte público, que atrai diariamente uma quantidade enorme de pessoas para a realização de suas atividades rotineiras, o Hipercentro integra a *awareness space* de grande parte da população de Belo Horizonte e, probabilisticamente, de um número considerável de ofensores. Esse conceito foi criado por Paul e Pat Brantingham (1981) para designar a região familiar de um ofensor em potencial. Eles se baseiam na concepção de que os ofensores, como qualquer outra pessoa, tendem a permanecer próximos às ruas que conhecem bem e que, em sua maioria, são aquelas que compõem seus trajetos para a realização de atividades rotineiras, dificilmente arriscando-se a delinquir fora desses limites². Logo, segundo Smith, Frazee e Davison (2000), se a região for socialmente desorganizada – como

² Para a delimitação do *awareness space* de um ofensor em potencial, Paul e Pat Brantingham (1981) sugerem a adoção de um modelo geográfico denominado geometria do crime, que pode ser obtido em três passos. Primeiramente, mapeie onde possíveis delinquentes moram, trabalham ou estudam e onde realizam suas principais atividades de lazer. Trace uma rota entre esses três lugares de forma a construir um triângulo e, por fim, inclua um ou dois blocos, distanciando-se da rota obtida anteriormente, formando um espaço de pesquisa poligonal.

demonstramos que é o caso do Hipercentro –, ela apresentará elevados índices criminais, pois proporciona inúmeras oportunidades para a realização de crimes.

Consequentemente, uma área como a região hipercentral de Belo Horizonte-MG, que oferece muitas oportunidades criminais decorrentes desse processo de desorganização, exibe um contexto muito particular para a fixação dos ofensores, devido, sobretudo, ao reforço positivo oriundo de maior familiaridade com as vias de fuga, esconderijos e tudo o que colabora com o seu *modus operandi* (WILCOX, LAND e HUNT, 2003; SMITH, FRAZEE e DAVISON, 2000). Como prova disso, temos o fato de que, a partir dos anos 1980, o Hipercentro passa a ser acometido pela criminalidade crescente (LEMOS, 1988; SILVA, 1998; FOUREAUX, 2007). Diante desses desafios e dificuldades em estabelecer o controle na região, ela se consolida, durante esse período, no imaginário popular, como um espaço urbano decadente, marcado pela desordem e criminalidade.

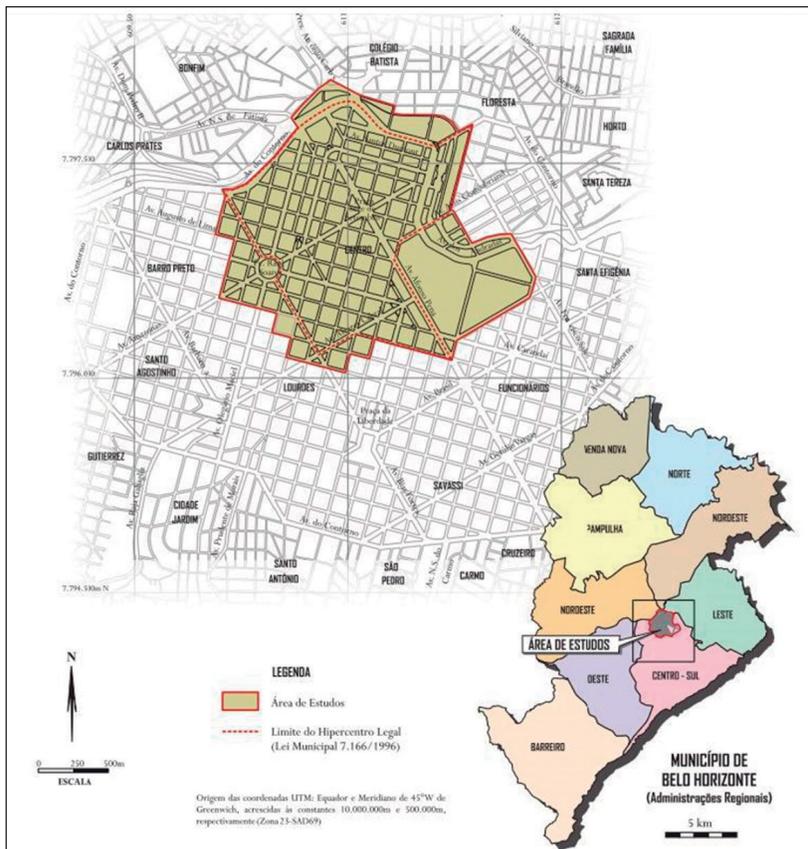
O Programa Centro Vivo

O Programa Centro Vivo foi definido oficialmente como um conjunto de obras e projetos sociais da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) que tem como objetivo a recuperação da área hipercentral da capital (PBH, 2016). As ações perduraram por diferentes gestões municipais, e, nesse estudo, a análise tem um recorte de 1998 até 2015. Embora tenha sido divulgado apenas em 2004, o Centro Vivo englobou, também, as reformas iniciadas em 2002 na praça Sete de Setembro e em 2003 na praça da Estação, assim como a alocação dos camelôs nos shoppings populares realizada em 2003. Trata-se de um projeto interdisciplinar com quatro eixos de atuação – planejamento urbano, segurança, inclusão social e econômica e requalificação ambiental e urbanística –, que foram desenvolvidos de forma que suas ações buscavam coerência, estabelecendo relação de reforço e complementaridade entre si (PBH, 2016). O programa compreendeu a reforma de espaços públicos hipercentrais (praças, quarteirões fechados e parques), a restauração dos marcos urbanos e edifícios de valor histórico, a reestruturação de vias públicas e dos passeios em prol da melhor circulação e acessibilidade dos pedestres, a melhora no controle de tráfego dos veículos, a transferência dos camelôs para shoppings populares, as melhorias na infraestrutura física dos teatros, a recuperação de viadutos, a construção de estações para transporte coletivo, a criação de restaurantes populares, o aproveitamento de edifícios subutilizados (inclusive prevendo a conversão em unidades habitacionais), a despoluição visual, a otimização da iluminação, a limpeza e a melhoria da drenagem urbana (PBH/PRÁXIS, 2007).

Como justificativa para o empreendimento, a Prefeitura apontou os sinais de descaracterização e redução do dinamismo socioeconômico: a presença de imóveis

fechados há mais de cinco anos, a perda das atividades consideradas tradicionais, a substituição dos tipos de comércio e serviços, o declínio da população residente, a crescente dificuldade para venda de apartamentos, os conflitos de uso (entre os pedestres, os veículos e o mobiliário urbano) e o forte status de local inseguro e degradado. Todas as intervenções seriam para recuperar as características originais dos espaços, aliando preservação, funcionalidade e segurança (PBH/PRÁXIS, 2007).

Mapa 1: Área de intervenção do Programa Centro Vivo



Fonte: PBH/PRÁXIS (2007).

Os locais escolhidos para serem os alvos prioritários das intervenções urbanísticas foram aqueles em que se constatou a existência dos maiores fluxos diários de pessoas e de elevado valor simbólico. Como bem analisou Vilela (2006), foi planejada uma espécie de acupuntura urbana, na qual foram identificados pontos estratégicos do tecido urbano para o tratamento, visando à disseminação dos bene-

fícios resultantes das ações empreendidas pelo programa. Até 2017, já haviam sido investidos mais de R\$ 100 milhões na execução dos projetos e concluída parte significativa das obras de requalificação urbanística propostas (PBH, 2016).

Uma das principais intervenções do Centro Vivo abarcou o espaço da praça Sete de Setembro, marco central da capital e que em 2002 e 2003 passou por inúmeras reformas. Seu famoso obelisco foi restaurado e impermeabilizado contra pichações, o sistema de iluminação foi modificado, as calçadas foram refeitas, foram criados espaços para manifestações artísticas (tribuna e anfiteatro públicos), seus pisos foram substituídos, novos equipamentos públicos foram instalados (jardineiras, cobertura para floristas, bancas de revistas padronizadas, cabines telefônicas, caixas de correios e lixeiras) e seu espaço foi submetido a tratamento paisagístico. Foram definidas normas específicas para o licenciamento de atividades e o uso de mesas e cadeiras nos quarteirões fechados – determinação de padronização deste tipo de mobiliário para que fosse adequado ao projeto arquitetônico de cada quarteirão –, ficou proibida a distribuição de panfletos e a montagem de estruturas ou equipamentos que pudessem danificar a praça, assim como o licenciamento de feiras e exposições nos quarteirões. Em novembro de 2003, foi realizada uma campanha com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da limpeza e preservação da praça, envolvendo atividades socioculturais desenvolvidas pela Regional Centro-Sul, em parceria com a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e órgãos relacionados.

Em 2004, foram finalizadas as calçadas da rua Alfredo Balena e da alameda Ezequiel Dias, conhecida como área hospitalar da cidade. Elas foram readequadas, permitindo a integração com o sistema de transporte coletivo e facilitando o acesso aos prédios de serviços de saúde pública, além de terem sido alargadas para criar espaços para espera de ônibus sem interferir na circulação de pedestres. Também foram realizadas a recuperação do paisagismo, a drenagem superficial de que a região necessitava e a padronização do mobiliário urbano ao longo dessas vias.

A Prefeitura entregou à população, em 2004, as obras de requalificação da Esplanada da praça da Estação que contemplaram a implantação do piso com placas de concreto texturizado em tom avermelhado e juntas em granito preto em uma área de aproximadamente 12 mil metros quadrados, formando um grande espaço destinado aos pedestres, e a instalação, no espaço de pedestres, de dois conjuntos de fontes, que podem ser desligadas, o que permite que a área seja utilizada para eventos. Foram erguidos novos postes de iluminação nas laterais da praça com aproximadamente 20 metros de altura, dotados de grande potência e iluminação especial para eventos, desenvolvido um novo projeto paisagístico e realizada a adequação dos mobiliários urbanos da região.

As obras na praça Raul Soares foram concluídas em julho de 2008, com a requalificação deste importante espaço coletivo que incluiu a recuperação dos

jardins, das calçadas portuguesas e da fonte, que passou a permitir o sincronismo de luz, água e música. O mobiliário urbano foi adequado, com a instalação de bancos no modelo original da praça, que foi construída na década de 1930 e teve inspiração francesa. Foram realizadas adequações nas travessias de pedestres e instalação de nova iluminação pública e cênica.

Esses e outros lugares, como o Mercado Central e adjacências, e várias ruas do Hipercentro receberam intervenções, de melhoria de infraestrutura, iluminação, sinalização, ordenamento e paisagismo, de maneira que tiveram influência sobre as atividades criminais do espaço. A substituição do mobiliário urbano, que inclui lixeiras, bancos, gradis, bancas de revistas e caixas de engraxate, por modelos novos e que seguiram um design padrão determinado pela Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul, teve como objetivo eliminar parte da desordem física que implicava em sensação de descaso por parte do poder público e da comunidade, sendo indicador de controle, desestimulando pequenos atos de vandalismo e depredação ocasionais que seriam comuns em espaços que passam a mensagem de estarem abandonados pela comunidade e pelo Estado. (BRUNTON-SMITH; STURGIS, 2011; SKOGAN; MAXFIELD, 1981; BRUNTON-SMITH; JACKSON, 2011; WILSON; KELLING, 1982).

A ausência da deterioração física decorrente destes pequenos delitos, por sua vez, evitaria que os transeuntes fossem encorajados pela sensação de ausência de coação a perpetrar crimes de maior seriedade (WILSON; KELLING, 1982). Um conjunto de mobiliário em bom estado de conservação representaria que há zelo em relação ao espaço público e que os atos desviantes teriam grandes chances de serem observados (JACOBS, 1961; ANGEL, 1968; NEWMAN, 1972), o que simbolizava guardiões capazes, inibindo a ação dos criminosos (SKOGAN; MAXFIELD, 1981; BRUNTON-SMITH; JACKSON, 2011).

A implantação de mobiliários urbanos de descanso, como bancos, arquibancadas e abrigos, incentivaria a permanência das pessoas nos logradouros e aumentaria, significativamente, a atividade humana desenvolvida onde eles são instalados (JACOBS, 1961; JEFFERY, 1977). A maior presença de usuários, dos equipamentos e dos espaços desenvolveria o que chamamos de vigilância natural, apontada como um dos mais importantes e eficazes constituintes do elemento guardião, que incide diretamente sobre a redução das oportunidades criminais em um determinado espaço (COHEN; FELSON, 1979). O mobiliário que incentiva a permanência também estimularia a formação dos laços sociais que são basilares para o desenvolvimento do controle social informal e para a manutenção da organização social em uma região (RAMEY; SHRIDER, 2014).

A restauração das calçadas reduziria a desordem física do Hipercentro, o que simboliza presença da esfera pública naquele ambiente e controle social (WILSON; KELLING, 1982). A aplicação de padrões de desenhos personalizados para cada

uma das ruas conferiria identidade às vias e estimularia o apego emocional da comunidade com o espaço, o que as pesquisas revelam estar relacionado positivamente com o *willingness*³ em caso de delito iminente (SAMPSON, RAUDENBUSH; EARLS, 1997).

A desobstrução dos passeios e sua adequação às normas de acessibilidade e mobilidade aumentariam a visibilidade das calçadas, ampliariam a capacidade de “ver e ser visto” daqueles que ali transitam, reduzindo a vulnerabilidade das vítimas (ANGEL, 1968; NEWMAN, 1972), e facilitariam a vigilância e a atuação do elemento guardião, diminuindo as oportunidades criminais (COHEN; FELSON, 1969; TAYLOR *et al.*, 1995).

O potencial preventivo da adequação, manutenção e poda dos componentes urbanos arbóreos, assim como a otimização da iluminação pública, evitando a formação de zonas de penumbras nas vias, também ampliaria a visibilidade do local, assim como no caso da desobstrução das calçadas, diminuindo a vulnerabilidade das vítimas e expandindo a capacidade de vigilância de possíveis guardiões, através da extensão de seu campo de visão multidirecional (COHEN; FELSON, 1979; TAYLOR *et al.*, 1995). A maior visibilidade nesses espaços públicos também implicaria em aumento da percepção de risco (JACOBS, 1961; ANGEL, 1968; NEWMAN, 1972) por parte dos ofensores motivados, o que, em seu cálculo racional, os dissuadiria a agir (CLARKE; FELSON, 1993; CORNISH; CLARKE, 2014).

A restauração das fachadas tombadas e sua manutenção, por meio da regulamentação, denotariam o investimento e controle da esfera pública sobre a região. A regulamentação dos engenhos publicitários evitaria o retorno da descaracterização e de boa parte da poluição visual. Essas três medidas implicariam na eliminação de boa parte dos sinais de degradação e desordem ambiental que afetam as vias, simbolizando a presença de controle na região (WILSON; KELLING, 1982).

A restauração dos monumentos históricos e a implantação de mais placas turísticas e informativas funcionariam da mesma forma que a recuperação personalizada das calçadas em pedra portuguesa, resgatando e conferindo identidade às vias contempladas, o que despertaria apego emocional da comunidade e estaria relacionado a uma tendência em intervir pelo bem comum. O mesmo ocorreria quando há recomposição e resgate do paisagismo original dos espaços públicos, com a adição do seu potencial em reduzir os elementos de desordem física encontrados em canteiros abandonados, o que é interpretado como maior controle exercido sobre o espaço público, desencorajando a ação de desviantes no lugar (WILSON; KELLING, 1982).

³ Boa vontade dos membros de uma comunidade em intervir e agir em prol do bem comum (SAMPSON; RAUDENBUSH; EARLS, 1997).

A reordenação dos pontos de transporte público e a construção de plataformas de embarque diminuiriam a problemática envolvida na dispersão sem planejamento dos pontos de ônibus por todo o território que compõe a região hipercentral, o que implica em um trânsito intenso de usuários se deslocando de um ponto ao outro e na lotação dos passeios de determinados segmentos de rua, e a disponibilidade de alvos (TAYLOR *et al.*, 1995; REYNALD, 2011). Consequentemente, reduziriam as oportunidades criminais que provinham das grandes aglomerações distraídas e dos grandes fluxos de pedestres (COHEN; FELSON, 1979).

A requalificação de vias, privilegiando o pedestre e o trânsito local, reduziria o tráfego em muitos segmentos de ruas que compõem a malha viária do Hipercentro e diminuiria a densidade populacional geral nas ruas. Essas modificações diminuiriam a exposição das vítimas potenciais e reduziriam a probabilidade de formação de um contexto ambiental em que houvesse convergência no tempo e no espaço de possíveis vítimas e ofensores motivados, o que resultaria em menos oportunidades para o cometimento de crimes (COHEN; FELSON, 1979; RONCEK, 1981; TAYLOR *et al.*, 1995; REYNALD, 2011).

De uma maneira geral, todas estas intervenções, além de influir nos aspectos das teorias criminológicas, possuíam um caráter ainda mais significativo: demonstrariam o papel do nível público de controle e regulação do espaço.

Tabela 2: Síntese dos efeitos teóricos das intervenções do Programa Centro Vivo

Intervenção	Teoria da Desorganização Social	Teoria das Oportunidades
Restauração/Padronização do mobiliário urbano (lixeiras, gradis, bancas, etc.)	(-) Desordem física (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
Mobiliário urbano que incentiva a permanência (bancos, abrigos, etc.)	(+) Laços sociais (+) Controle social informal	(+) Atividade humana (+) Vigilância natural (+) Potencial guardião
– Calçadas		
Restauração	(-) Desordem física (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
Aplicação de padrões de desenhos	(+) Identidade Apego emocional <i>Willingness</i>	
Desobstrução/adequação às normas de acessibilidade e mobilidade		(+) Visibilidade (-) Vulnerabilidade das vítimas (+) Potencial guardião

Intervenção	Teoria da Desorganização Social	Teoria das Oportunidades
– Arborização		
Recomposição e resgate do paisagismo original	(-) Desordem física (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
Adequação e manutenção/poda	(-) Desordem física (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	(+) Visibilidade (-) Vulnerabilidade das vítimas (+) Potencial guardião
Iluminação homogênea		(+) Visibilidade (-) Vulnerabilidade das vítimas (+) Potencial guardião
Despoluição visual (regulamentação de engenho publicitário)	(-) Desordem física (+) Presença da esfera pública (+) Controle social (simbólico)	
Restauração de fachadas	(-) Sinais físicos de descaso com a propriedade privada (+) Controle social	
Restauração de monumentos	(+) Identidade (+) Apego emocional <i>Willingness</i> (+) Presença da esfera pública	
Placas informativas e turísticas	(+) Identidade (+) Apego emocional <i>Willingness</i> (+) Presença da esfera pública	
Reordenação dos pontos de transporte coletivo		(-) Alvos disponíveis (-) Oportunidades criminais
Requalificação de vias, privilegiando o pedestre e o trânsito local		(-) Tráfego (-) Exposição da vítima (-) Contexto ambiental de convergência no tempo e espaço de vítimas e ofensores

Fonte: Elaborada pelos autores.

Apropriando-nos da lente das teorias referenciais abordadas, o Programa Centro Vivo poderia ser interpretado como uma medida do poder municipal para reduzir a criminalidade na região, tendo como estratégia a execução de intervenções que diminuiriam o contexto ambiental propício para a ação criminal. Todas estas modificações nos aspectos urbanísticos de importantes espaços públicos do

Hipercentro de Belo Horizonte possuiriam, portanto, consequências que alterariam a dinâmica criminal na região.

Análise da dinâmica criminal de roubos consumados no Hipercentro – notas metodológicas

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica criminal de roubos consumados no Hipercentro de Belo Horizonte-MG frente ao maior e mais recente programa do poder público de requalificação urbanística direcionado à região: o Centro Vivo. A escolha por esse tipo de crime para análise foi devido ao fato de que os roubos são o segundo tipo criminal mais comum do Hipercentro, ficando atrás apenas dos furtos, que não têm dados disponíveis para análise⁴. Assim, o banco de dados utilizado é composto pelas ocorrências oficiais de roubos consumados na cidade de Belo Horizonte-MG entre os anos de 1998 e 2015, excluindo o ano de 2007. Este recorte temporal foi adotado por compreender todos os anos anteriores ao Programa Centro Vivo, desde quando as ocorrências começaram a ser compiladas munidas de coordenadas geográficas em um sistema pela PMMG até dados de ocorrências recentes disponibilizados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEDS). A área do estudo compreende o Hipercentro legal, definido como macrozona de Belo Horizonte-MG através da Lei nº 7.166, de 1996, acrescido do Parque Municipal, de quarteirões ao longo do ribeirão Arrudas, de dois quarteirões da área hospitalar e dos quarteirões adjacentes à rua Bias Fortes (conforme mostra o Mapa 1), formando a região onde ocorreram as intervenções do Programa Centro Vivo.

O método escolhido para a análise espacial dos dados foi a aplicação da metodologia estatística de estimação de densidade de ponto usando a função de Kernel, através do QGIS, software de tratamento de dados que envolve o Sistema de Informações Geográficas (SIG), no qual cada uma das ocorrências contidas no banco de dados foi transformada em pontos georreferenciados e, em seguida, foi gerado para cada ano um mapa de Kernel por interpolação com gradação de cores, também chamado de mapa de calor. Foram utilizados três neste artigo: o primeiro foi de 1998, no início da compilação de dados; o segundo de 2003, ano anterior à implantação do programa analisado; e, por fim, de 2015, após a implantação do Centro Vivo. Pela função utilizada, a calibração considerou um raio fixo de 75 metros para estimar

⁴ Os crimes de furtos não puderam ser analisados em nossa pesquisa porque todo o banco de dados desta modalidade criminal anterior ao ano de 2010 encontra-se corrompido devido a problemas técnicos na Central de Operações Policiais Militares (Copom), antigo sistema de dados utilizado pela PMMG, e no Sistema Integrado de Defesa Social (REDS), sistema atual utilizado pela SEDS. Os dados referentes às ocorrências de roubos durante o ano de 2007 também não serão trabalhados porque não possuem informações suficientes para que sejam georreferenciados.

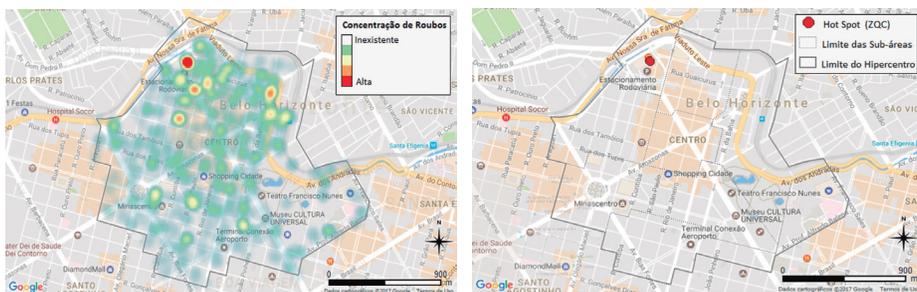
as funções a partir das quais os mapas foram gerados. A gradação de cores vai dos tons mais frios aos mais quentes, representando as regiões com menores e maiores concentrações criminais, respectivamente. As manchas completamente vermelhas simbolizam os *hotspots* de roubos consumados e, posteriormente, foram isoladas através da vetorização dos *rasters* e filtragem, gerando os mapas de *hotspots*.

Gráficos temporais foram usados para visualizar a evolução da dinâmica criminal na região ao longo do tempo, considerando: anos anteriores às intervenções (1998-2002), durante a realização das intervenções (2003-2008) e após as intervenções (2009-2015). A alteração na tendência temporal de crimes foi realizada considerando as seguintes dimensões comparativas: uma apenas para as ocorrências no Hipercentro, uma para todas as ocorrências em Belo Horizonte-MG e uma para Belo Horizonte-MG sem as ocorrências no Hipercentro.

Análise e discussão dos resultados

Dentro do nosso recorte temporal, 1998 foi o período em que houve o menor número de registros de crimes de roubos na cidade e no Hipercentro. A aplicação da função de Kernel na construção do mapa de calor referente a esse ano revelou que as mais elevadas concentrações criminais ocorreram na Rodoviária, nas adjacências da praça Rio Branco, na praça da Estação e na rua Paraná entre as ruas dos Carijós e dos Tupinambás. A única zona quente de criminalidade relativa a 1998 foi localizada sobre a Rodoviária da cidade.

Mapas 2 e 3: Mapa de calor do Hipercentro e mapa de *hotspots* no Hipercentro (1998)



Fonte: CINDS – Base cartográfica: Google. Mapa: Elaborado pelos autores.

O conjunto dos dados apresentados indica que, nos anos anteriores às intervenções (1998-2002), houve aumento anual na densidade de roubos consumados em todo o território do Hipercentro, o que é representado pela maior saturação das cores dos mapas ao longo dos anos, e áreas que em 1998 tinham menor densidade

de crimes (verdes) vão se tornando cada vez mais intensas (assumindo coloração amareladas e, posteriormente, vermelhas). Ao longo destes anos, também foi aumentando o número de *hotspots* no Hipercentro, e esses *hotspots* foram ampliando suas dimensões.

Em 2003, as zonas quentes de criminalidades atingiram a maior extensão dentre todos os anos do nosso recorte temporal, chegando a englobar a maior parte das subáreas 1 e 2 e suas bordas. Houve, em relação ao ano anterior, um grande aumento no tamanho dos *hotspots* sobre a praça da Estação, ao longo da avenida Afonso Pena, no início do viaduto Santa Tereza, na praça Raul Soares e na rua dos Tamóios, sendo que nesta última surgiu um novo *hot spot* no segmento entre as ruas Curitiba e São Paulo.

Em termos gerais, os locais que nos anos anteriores apresentaram concentração média de roubos sofreram relevante elevação, e um *hot spot* se formou próximo ao cruzamento das ruas Rio de Janeiro e dos Tupis e outro no segmento da rua Bias Fortes entre as ruas dos Timbiras e dos Aimorés.

Mapas 4 e 5: Mapa de calor do Hipercentro e mapa de *hotspots* no Hipercentro (2003)



Fonte: CINDS – Base cartográfica: Google. Mapa: Elaborado pelos autores.

Nos anos que se seguiram, várias intervenções urbanísticas provenientes do Programa Centro Vivo foram realizadas. Alinhando-se a isso, tiveram início as operações da recém-criada Guarda Municipal Patrimonial, em 2004, e a implantação do Programa Olho Vivo, em 2005. Também houve a implementação do modelo de Integração e Gestão em Segurança Pública (IGESP) e a inauguração da Primeira Região Integrada de Segurança Pública (RISP), localizada em frente à praça Rio Branco.

O acompanhamento dos mapas de 2003 até 2008, período que compreende os anos em que foram realizadas as intervenções de requalificação urbanística dos espaços públicos do Hipercentro, nos mostrou que, de modo geral, a partir de 2003 até o ano de 2006, verifica-se uma diminuição nas densidades de roubos no Hipercentro, assim como atenuação e diminuição das zonas quentes de criminalidade

ao longo destes anos, havendo diminuição apenas da zona quente na região da rua dos Guaicurus e rua Santos Dumont e na praça Raul Soares, principalmente, onde houve requalificação.

Apesar de não podermos mensurar com exatidão a magnitude do efeito destas obras, outro fato que corrobora com as teorias de que essas ações de requalificação reduziriam a ocorrência de roubos é que, ao compararmos a dinâmica anual das manchas criminais com o cronograma das obras de readequação do Programa Centro Vivo, observa-se que, quando uma ação é realizada em uma região que configurava uma zona quente de criminalidade, nos anos seguintes à obra, a região apresenta uma grande redução na concentração de roubos, bem mais intensa que as que ocorreram em outros pontos do Hipercentro durante o mesmo período.

A observação dos mapas de calor durante esse período das intervenções (2003-2008) não revela dispersão ou migração dos roubos para outras regiões do Hipercentro, reafirmando o que é dito pelas teorias em relação à importância das características dos locais sobre a produção dos padrões criminais. Desta forma, se os crimes não dependessem de determinadas características ambientais para ocorrerem, quando as ações do Programa Centro Vivo incidissem sobre determinada rua ou praça do Hipercentro, os roubos simplesmente mudariam para outro lugar e passariam a ocorrer em lugares adjacentes, o que ficaria evidente nos mapas de calor, e as taxas criminais hipercentrais não se modificariam.

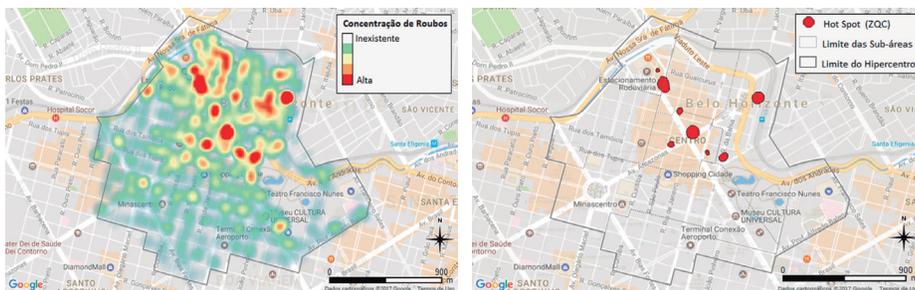
A hipótese de que o maior responsável pela redução dos roubos no Hipercentro tenha sido a implantação da RISP em frente à praça Rio Branco torna-se marginal nesta análise, tendo em vista que sua instalação só ocorreu em 2005, quando os crimes já demonstravam declínio, e que a região imediatamente próxima a esta RISP foi a área do Hipercentro que menos apresentou redução na incidência de crimes nos anos seguintes.

Dando prosseguimento ao nosso recorte temporal, no ano seguinte à última intervenção do Centro Vivo, 2009, houve redução na densidade da criminalidade no Hipercentro em relação a 2008, com destaque para a diminuição da zona quente que havia se formado sobre a praça da Estação. O único *hot spot* que não sofreu redução em sua extensão em relação ao mapa de calor de 2008 foi o que se formara no eixo praça Rio Branco-rua Paraná. Apesar de semelhante ao do ano anterior, o mapa de calor de 2010 diferencia-se pelo ressurgimento de dois pequenos *hotspots* próximos à Rodoviária – um na rua Paulo de Frontin e outro na rua Oiapoque – e no cruzamento da rua Paraná com a rua dos Carijós. O mapa de calor referente ao ano de 2011 mostra redução nas densidades criminais e encolhimento das zonas quentes de criminalidade ao redor da Rodoviária, na praça da Estação e na praça Sete de Setembro. O único *hot spot* que permaneceu inalterado foi o da interseção entre a rua Oiapoque e a rua São Paulo. Em relação ao ano anterior, na concentração da criminalidade e no tamanho das zonas quentes, houve ressurgimento de *hotspots*

sobre a praça da Estação, próximo ao conjunto do edifício Sulacap, em frente ao viaduto Santa Tereza e nos quarteirões que compõem a Praça Sete de Setembro. Em 2013, a enorme concentração de roubos sobre a praça Raul Soares desaparece e há diminuição na densidade criminal na região da praça da Estação e da Rodoviária. Entretanto, nota-se um pequeno aumento dos roubos nos quarteirões da praça Sete de Setembro.

Durante o último ano de nosso recorte temporal, 2015, o mapa de calor revela que, em relação ao ano anterior, houve diminuição da zona quente de criminalidade na Rodoviária, mas que o mesmo não ocorreu na praça da Estação, onde aumentou a concentração de roubos, e nos quarteirões da praça Sete de Setembro, e a densidade criminal aumentou, resultando na formação de mais dois *hotspots* ao seu redor. A concentração também aumentou ao longo da avenida Afonso Pena, próximo ao conjunto do edifício Sulacap, fazendo ressurgir uma zona quente na região.

Mapas 6 e 7: Mapa de calor do Hipercentro e mapa de *hotspots* no Hipercentro (2015)

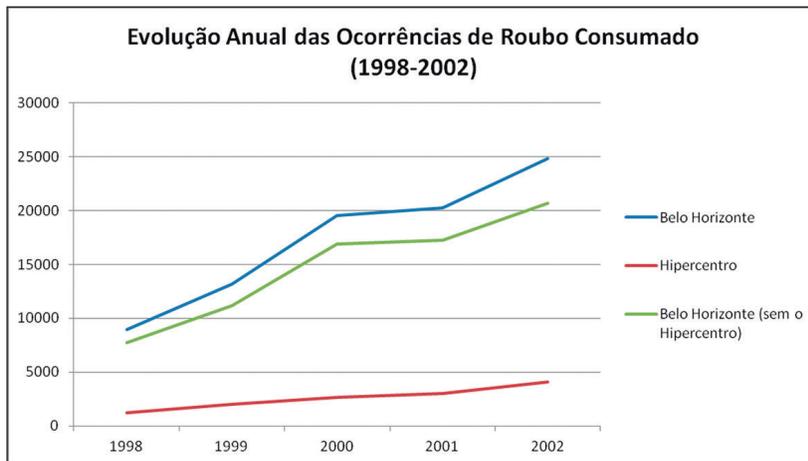


Fonte: CINDS – Base cartográfica: Google. Mapa: Elaborado pelos autores.

Em termos gerais, de 2009 a 2015, período posterior à realização das obras de requalificação do Programa Centro Vivo, o Hipercentro de Belo Horizonte apresentou distribuição espacial semelhante de roubos consumados entre os anos. A variação nas intensidades das densidades ao longo destes anos foi muito pequena em comparação às que ocorreram nos anos durante as obras e anteriores a elas.

Os gráficos a seguir representam a evolução dos crimes de roubos consumados durante este período na capital mineira e dos roubos consumados apenas em nossa área de estudo, a região hipercentral, e mostram que as linhas traçaram trajetórias similares, revelando uma tendência de crescimento da taxa de roubos semelhante em ambos os territórios.

Gráfico 1: Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte-MG e no Hipercentro (1998-2002)



Fonte: CINDS. Gráfico: Elaborado pelos autores.

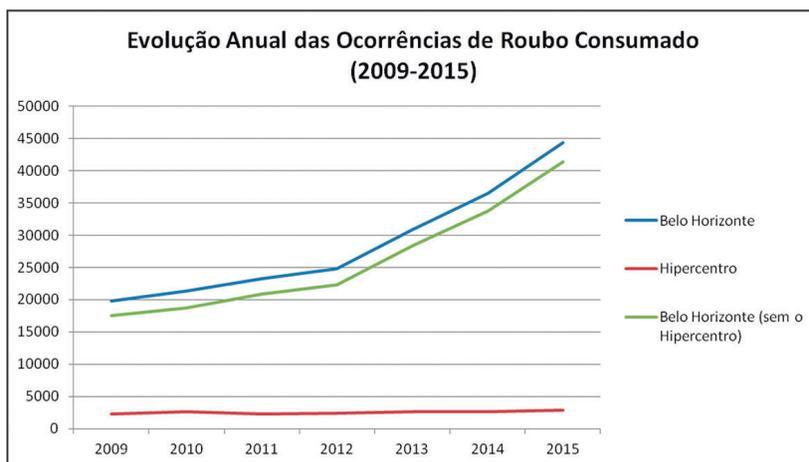
No período entre 1998 e 2002, as concentrações mais elevadas de roubos consumados foram identificadas somente nos seguintes lugares: quarteirões adjacentes à Rodoviária; polígono formado pelas ruas dos Guaicurus, dos Tupinambás, Curitiba e Espírito Santo; dois quarteirões formados pelas ruas dos Tamôios e dos Carijós e as ruas Paraná e Olegário Maciel; quarteirão formado entre as ruas da Bahia, dos Tamôios e as avenidas Afonso Pena e Assis Chateaubriand; praça da Estação; praça Raul Soares; e praça Sete de Setembro.

Ao consultarmos os dados oficiais sobre os aspectos urbanísticos, sociais e econômicos destes espaços do Hipercentro (PBH/PRÁXIS, 2007), percebemos que elas compartilhavam algumas características: são áreas que haviam sido negligenciadas pelo poder público e cujas edificações e o mobiliário urbano se encontravam em péssimo estado de conservação, com elevadas taxas de vacância e/ou subutilização dos imóveis, uso predominantemente comercial, grande fluxo de pedestres e veículos motorizados, concentração de pontos de transporte coletivo, presença de parcelas da população em situação de rua, usuários de drogas, atividades ilegais e/ou prostituição e baixa vigilância. De acordo com o arcabouço teórico utilizado neste estudo, a presença de todas essas características em um local proporciona um contexto de oportunidades ambientais excelente para atos criminais: elevado suprimento de alvos em potencial e ofensores motivados em um contexto de baixa vigilância – o que explicaria as altas concentrações de roubos nestes espaços.

Da mesma forma se comportaram as taxas relativas a este período (2009-2015). Conforme podemos visualizar no Gráfico 2, após 2009, a linha representante

do Hipercentro apresenta levíssimas flutuações, uma estabilidade inédita em relação à série, enquanto as demais linhas voltam a ascender, atingindo elevações inéditas em 2014. A análise é de que o conjunto de ações realizadas apenas na área hipercentral nos anos anteriores a 2009 impediram que a criminalidade regional voltasse a acompanhar a tendência municipal que crescia.

Gráfico 2: Evolução anual das ocorrências de roubo consumado em Belo Horizonte e no Hipercentro (2009-2015)



Fonte: CINDS. Gráfico: Elaborado pelos autores.

Não podemos inferir que essa estabilização se deu apenas devido às ações do Programa Olho Vivo, pois, como já havíamos abordado, próximo ao período em que o programa começou foram iniciadas importantes ações orientadas para o fortalecimento da Segurança Pública: aumento dos investimentos estaduais na PMMG em 2003, início das operações da Guarda Municipal em janeiro de 2004, a implantação do Olho Vivo em dezembro de 2004 e a adoção do modelo IGESP em abril de 2005 – medidas que, provavelmente, tiveram reflexos positivos sobre a contenção da criminalidade hipercentral.

Contudo, essas ações, concomitantes às intervenções do Centro Vivo, não se orientavam exclusivamente ao território do Hipercentro. Inicialmente, as câmeras do Olho Vivo foram instaladas no Hipercentro, no Barro Preto e na Savassi e, em 2007, em vários bairros da região Nordeste. Atualmente, são mais de 300 câmeras espalhadas por vários pontos de Belo Horizonte. As operações da Guarda Municipal são direcionadas por toda a capital em defesa dos bens, das instalações e dos serviços do patrimônio público. E os investimentos na PMMG e a implantação do IGESP, por sua vez, contemplam todo o Estado de Minas Gerais. O fato de essas medidas de

segurança contemplarem toda a cidade e apenas o Hipercentro ter conseguido estabilizar a sua taxa de roubos consumados após 2009 nos leva a analisar que o Programa Centro Vivo gerou um legado positivo que contribuiu para essa estabilização.

Considerações

A região hipercentral que fora construída para ser um espaço de utilização diversificada pela população – tendo sido pautado pelas máximas higienistas de segregação, eficiência e segurança – se transformou, no final dos anos 1990, em uma área marcada pela desorganização social. Direcionada à requalificação do Hipercentro, a Prefeitura de Belo Horizonte desenvolveu, no início dos anos 2000, uma série de intervenções urbanísticas, denominadas de Centro Vivo e que modificaram não apenas os aspectos físicos, como também a dinâmica social, o que incidiria sobre a criminalidade na região.

O estudo tem como apontamentos que os *hotspots* não se distribuíam por todo o território hipercentral, nem se comportavam de forma aleatória, mas se concentravam em determinadas regiões e se mantiveram estáveis nos períodos em que não houve intervenções no território. A dinâmica criminal dos roubos também se modificou após as intervenções do Centro Vivo: com a redução dos *hotspots* e sem a dispersão nem migração da criminalidade para as regiões adjacentes, a tendência ascendente da criminalidade no Hipercentro se enfraqueceu. Os mapas de calor também mostraram que a maior parte do Hipercentro exibiu densidades baixas de roubos consumados durante o período analisado e que os *hotspots* apareceram em espaços que possuíam as mesmas características que foram identificadas pelo corpo teórico como relacionadas positivamente com elevadas taxas criminais e características de desordem social.

Este estudo deixa claro a relevância que a atuação do poder público possui no controle dos espaços públicos dos grandes centros urbanos, reforçando a importância do envolvimento do nível público para um efetivo controle da criminalidade, especialmente quando se trata de um bairro em que os níveis privado e paroquial são fracos (BURSIK JR.; GRASMICK, 1993), como no caso do Hipercentro. Outro ponto destacado diz respeito à relevância de se analisar os possíveis impactos do desenvolvimento de ações que modificam o planejamento urbano, tendo em vista a relação existente entre a organização do espaço público e as relações sociais.

A consideração dos resultados à luz do arcabouço teórico utilizado indica que as requalificações urbanísticas podem ter um grande potencial como medidas para reforçar a Segurança Pública nos espaços urbanos centrais da capital. Logo, adquire grande importância a continuidade de ações como o Programa Centro Vivo, através da execução dos demais projetos que são previstos por meio dele, e que seja

realizada a conservação das obras concluídas. A pesquisa sobre esta temática deve ser aprofundada em estudos subsequentes com o intuito de precisar as relações causais e servir de base para o planejamento público da segurança e gestão das cidades.

REFERÊNCIAS

ANGEL, Shlomo. **Discouraging crime through city planning**. University of California – Institute of Urban & Regional Development, 1968.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva, história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BELLAIR, Paul E. Social interaction and community crime: examining the importance of neighbor networks. **Criminology**, v.35, n.4, p.677-704, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

BRANTINGHAM, Paul J.; BRANTINGHAM, Pat L. (ed.). **Environmental criminology**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1981.

BRUNTON-SMITH, Ian; JACKSON, Jonathan. Urban fear and its roots in place. *In*: CECCATO, Vânia, (ed.). **The urban fabric of crime and fear**. Springer Netherlands, 2011. p.55-82.

BRUNTON-SMITH, Ian; STURGIS, Patrick. Do neighborhoods generate fear of crime? An empirical test using the British Crime Survey. **Criminology**, v.49, n.2, p.331-369, 2011.

BURGESS, Ernest W. Can neighborhood work have a scientific basis? **The City**, p.142-155, 1925.

BURSIK JR, Robert J.; GRASMICK, Harold G. Economic deprivation and neighborhood crime rates, 1960-1980. **Law & Soc’y Rev.**, v.27, p.263, 1993.

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE BELO HORIZONTE – CDL/BH/SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS – SEBRAE/MG. **Diagnóstico: identificação do aspecto de segurança nas áreas comerciais das regiões administrativas de BH**. Belo Horizonte, n.d.

CLARKE, Ronald Victor Gemuseus; FELSON, Marcus (eds.). **Routine activity and rational choice**. Transaction Publishers, 1993.

COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social change and crime rate trends: a routine activity approach. **American Sociological Review**, 1979.

CORNISH, Derek B.; CLARKE, Ronald V. (eds.). **The reasoning criminal**. Transaction Publishers, 2014.

FOUREAUX, Ricardo Luiz Amorim Gontijo. **Redução da criminalidade no Hipercentro de Belo Horizonte**: um estudo sobre furtos, roubos e assaltos consumados a transeuntes e das estratégias policiais para combatê-los (1998-2006). 2007. 83f. Especialização (Estudos sobre a Criminalidade e Segurança Pública) – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Pesquisa de origem e destino**. Belo Horizonte, 1982-1992.

GALDINO, Renata. Desleixado, Centro de BH está longe de ser cartão de visitas. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 04 nov. 2013.

INSTITUTO HORIZONTES. Plano Estratégico da Grande Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2005. **Research in Crime and Delinquency**, v.48, n.4, p.513-537, 2011.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. Vintage, 1961.

JEFFERY, C. Ray. **Crime prevention through environmental design**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1977.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, caderno “Gerais”, 29 jul. 2003.

KUBRIN, Charis E.; WEITZER, Ronald. New directions in social disorganization theory. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.40, n.4, p.374-402, 2003.

LEMONS, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia e Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

MCKENZIE, Roderick D. The ecological approach to the study of the human community. **American Journal of Sociology**, p.287-301, 1924.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space**. New York: Macmillan, 1972.

PARK, Robert E. The city: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. **The American Journal of Sociology**, v.20, n.5, p.577-612, 1915.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W.; MCKENZIE, Roderick Duncan. **The city**. University of Chicago Press, 1984.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH. **Obras e infraestrutura**: Centro Vivo. 2016. Disponível em: www.portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet &pIdPI

c=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=politicasurbanas&lang=pt_BR&pg=5562&tax=16903.
Acesso em: 17 mar. 2016.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH/PRÁXIS. **Plano de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2007.

RAMEY, David M.; SHRIDER, Emily A. New parochialism, sources of community investment, and the control of street crime. **Criminology & Public Policy**, v.13, n.2, 2014.

REYNALD, Danielle M. Factors associated with the guardianship of places. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v.48, n.1, p.110-142, 2011.

RONCEK, Dennis W. Dangerous places: crime and residential environment. **Social Forces**, v.60, n.1, p.74-96, 1981.

SALGADO, Nayara de Amorim. **Cartografias da pedra**: estudo sobre os circuitos de consumo de crack no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte (Minas Gerais Brasil). 2017. 131f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SALGADO, Nayara de Amorim; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. Estudo sobre o bairro Lagoinha em Belo Horizonte (MG – Brasil). Entre a tradição, a decadência e a racolândia: “crônica de uma morte anunciada?”. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.21, n.3, dez. 2018.

SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, p.774-802, 1989.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen W.; EARLS, Felton. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, v.277, n.5.328, p.918-924, 1997.

SHAW, Clifford Robe; MCKAY, Henry Donald. **Juvenile delinquency and urban areas**: a study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in american cities. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SILVA, Luiz Roberto da. **Doce dossiê de BH**. Belo Horizonte: Escriba Editora, 1998.

SKOGAN, Wesley G. Communities, crime, and neighborhood organization. **Crime & Delinquency**, v.35, n.3, p.437-457, 1989.

SKOGAN, Wesley G.; MAXFIELD, Michael G. **Coping with crime**. Beverly Hills, CA: Sage, 1981.

SMITH, William R.; FRAZEE, Sharon Glave; DAVISON, Elizabeth L. Furthering the integration of routine activity and social disorganization theories: small units of analysis and the study of street robbery as a diffusion process. **Criminology**, v.38, n.2, p.489-524, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PLAMBEL. **Estudo de viabilidade técnica e econômica do Projeto da Área Central – PACE**. Belo Horizonte, n.d.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PLAMBEL. **Programa para Aumento da Capacidade Operacional de Transporte e Trânsito da Área Central de Belo Horizonte**: Projeto da Área Central – PACE. Belo Horizonte, 1980.

TAYLOR, Ralph B.; KOONS, Barbara A.; KURTZ, Ellen M.; GREENE, Jack R.; PERKINS, Douglas D. Street blocks with more nonresidential land use have more physical deterioration. Evidence from Baltimore and Philadelphia. **Urban Affairs Review**, v.31, n.1, p.120-136, 1995. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.721.5473&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

VILELA, Nice Marçal. **Hipercentro de Belo Horizonte**: movimentos e transformações espaciais recentes. 2006. 170f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia – Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

WILCOX, Pamela; LAND, Kenneth C.; HUNT, Scott A. **Criminal circumstance**: a dynamic multi-contextual criminal opportunity theory. Transaction Publishers, 2003.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows. **Atlantic Monthly**, v.249, n.3, p.29-38, 1982.

Submetido em: 06/09/2019

Revisões requeridas em:

Aprovado em: 26/11/2020

Publicado em: 10/09/2021